

A incerteza como conceito-chave do discurso ideológico liberal: a herança de Hayek e Von Mises refletida na cobertura jornalística de *El Universal* sobre o governo Chávez

* Paulo Roberto Figueira Leal, doutor e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, jornalista pela UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Autor dos livros *Identidades políticas e personagens televisivos* (Editora Corifeu, 2007), *O PT e o dilema da representação política* (Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005) e *Os debates petistas no final dos anos 90* (Editora Sotese, 2004); Gláucia da Silva Mendes é mestrande do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e jornalista graduada pela UFJF.

Resumo

Os processos de percepção identitária são construídos social e reflexivamente (é na relação comunicativa de cada um com os outros que se produz a percepção de pertencimento). Também as identidades ideológicas são fenômenos de natureza simbólica. Mais do que decorrência de fatos objetivos da vida – como a efetiva classe social à qual se pertence ou os dados sócio-econômicos concretos de um indivíduo ou grupo –, as identidades ideológicas se revelam na adesão a um discurso (um artefato comunicativo) portador de determinados valores e visões de mundo. O objetivo do presente trabalho é apontar como a identidade liberal na contemporaneidade é tributária das argumentações baseadas nos conceitos de *incerteza* e *ignorância* desenvolvidos principalmente pelos economistas Friedrich Hayek e Herbert Von Mises. Para exemplificar a presença dos argumentos desses autores na visão liberal contemporânea, o artigo analisa as estruturas discursivas utilizadas pelo principal jornal venezuelano – *El Universal* – para criticar o governo de Hugo Chávez, durante o processo eleitoral de 2006.

Construção social da realidade e identidade ideológica

Peter Berger e Thomas Luckmann (1985), num clássico trabalho da sociologia do conhecimento, sustentam que a realidade é socialmente construída. Na experiência da vida cotidiana, o ser humano partilha sua existência com os demais à sua volta, num processo de interações sociais (e, portanto, de interações comunicativas mediadas pela linguagem)

que é fundamental para a produção de sentidos e de auto-sentidos. A socialização ocorre por meio da dialética interiorização-exteriorização:

A formação da consciência do outro generalizado marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade contínua e coerente. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização. (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 179)

Segundo Berger e Luckmann, o que chamamos de realidade não pode ser dissociado dos processos de socialização primária (experimentada na infância) ou secundária (interiorização, pelo indivíduo já socializado, de valores de sub-mundos institucionais). É a partir das interações a que somos submetidos ao longo da vida, de nossas relações comunicativas com os outros e da constituição de um universo simbólico que percebemos a realidade a partir de determinados enquadramentos específicos e criamos um significado para o mundo – e para nós mesmos.

Outros autores vinculados à tradição teórica do interacionismo simbólico, como Goffman (1974; 1999), aprofundam o debate sobre os enquadramentos, entendidos como modelos de interpretação e seleção que definem ênfases e exclusões utilizadas para organizar o discurso. Este conceito foi apropriado pelos estudos da área de comunicação. Como ressalta Todd Gitlin (1980), o enquadramento de mídia é crucial para o entendimento de como se dá o processo de produção do discurso jornalístico, no qual certos enfoques são privilegiados em detrimento de outros.

Mas não é apenas a herança do interacionismo simbólico que insiste na tese de que os indivíduos constroem suas identidades a partir dos valores culturais e dos artefatos simbólicos disponíveis naquele determinado lugar e naquele determinado tempo. Correntes as mais diversificadas (vide os múltiplos olhares antropológicos e sociológicos que apontam as identidades como fenômenos discursivos, mais do que fatos “naturais” ou “essenciais”) convergem para uma ênfase na questão identitária como processo de reconhecimento reflexivo e comunicativo.

Mesmo numa leitura ortodoxa do marxismo, o processo de adesão e auto-percepção identitária de classe, por exemplo, não se dá apenas por motivações objetivas. O próprio Marx, ao diferenciar os conceitos de *ser em si* e *ser para si*, caminha nesse sentido. Ele supõe, por exemplo, que ter nascido proletário não necessariamente ativa politicamente um sujeito para a luta proletária. É quando ele adquire consciência de classe – ou seja,

percebe-se proletário e compreende as implicações disso decorrentes – que se está diante de alguém com capacidade de interferir na realidade.

Ainda na tradição do pensamento marxista, em Antonio Gramsci a ideologia ganha um caráter crucial na vida social. Ela se articula diretamente com a prática, com papel fundamental na construção do mundo.

Essa aguda percepção da ideologia como realidade ontológico-social é um momento no qual Gramsci revela-se próximo de Marx e distante das posições economicistas que negam ou minimizam o papel das ideologias nas transformações sociais: basta pensar na frase de Marx, que Gramsci tanto gostava de citar (...), segundo a qual ‘a teoria se transforma em poder material tão logo se apodera das massas’. (COUTINHO, 1980, p. 85)

Mais do que um posicionamento político, cada homem carregaria em seus pressupostos ideológicos uma visão do sentido da realidade e da vida:

Essa identidade entre filosofia e ideologia, entre concepção do mundo e política, leva Gramsci a dizer corretamente que todo homem é filósofo, ou seja, que todo homem manifesta em sua ação - através de sua linguagem, de seu senso comum, de suas crenças, etc. - uma concepção do mundo (...) Se não possuísse essa concepção do mundo, ainda que tosca e contraditória, o homem não poderia agir. (COUTINHO, 1980, p. 83)

Mas será que, no momento histórico em que vivemos (pós-derrocada da experiência do socialismo real), ainda é possível falar em identidades ideológicas à esquerda ou à direita? Norberto Bobbio (2001) sustenta que sim. Desde a Revolução Francesa, quando as expressões esquerda e direita se popularizaram no jargão político, a dicotomia expressa, segundo Bobbio, profundas diferenças de valores. Mesmo que se leve em conta que a distinção comporta numerosas posições intermediárias, há uma clara clivagem ideológica sobre a questão da igualdade entre os homens. A posição típica de esquerda assenta-se na suposição de que, não apenas a causa da desigualdade é majoritariamente social, como ela pode ser eliminada (crença de que não partilha a direita).

Mesmo defendendo a necessidade de ir além da dicotomia clássica, até mesmo Anthony Giddens (1996; 2001), o pai da chamada Terceira Via, concorda que historicamente houve distinções. Ele afirma que a ênfase no valor da igualdade (típica do programa e das ações políticas da esquerda) se manifestou numa participação mais ativa do Estado no combate às desigualdades, enquanto a resposta típica da direita enfatizou o mercado como o grande regulador das relações sociais.

É exatamente a visão do mercado como fonte de soluções (e a complementar desconfiança das ações do Estado) o objeto da presente discussão. A crença no poder de produção de equilíbrios sociais pelo mercado define, desde o século XVIII, a identidade ideológica liberal clássica. Mas quando os discursos em defesa do ideário liberal são construídos hoje – seja em editoriais da grande imprensa, seja nas conversas do cidadão comum nas ruas – quais são as bases argumentativas em que se assenta? Em outras palavras, quais são os artefatos simbólico-discursivos que constituem contemporaneamente a base discursiva da identidade liberal?

Para responder a essa questão, talvez seja preciso recorrer às argumentações teóricas de dois economistas liberais do século XX, vinculados à Escola Austríaca - Friedrich August Von Hayek (1899 - 1992) e Ludwig Von Mises (1881 – 1973). Ao sofisticarem os argumentos clássicos do liberalismo, eles criaram um arsenal discursivo baseado sobretudo na desconfiança do Estado (ou seja, uma ênfase reativa, distinta de uma simples louvação do mercado) - lógica que está na base daquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo e que, portanto, é fundamental para a definição contemporânea da identidade liberal.

A seguir, buscaremos sintetizar as linhas argumentativas desses dois economistas para, à frente, tentarmos identificar a presença desses mesmos argumentos em um caso concreto: a cobertura jornalística do principal jornal da Venezuela – *El Universal* – sobre o governo (profundamente anti-liberal) de Hugo Chávez.

A ignorância humana como argumento-chave para a não interferência no mercado

Ao contrário da tradição racionalista, que aborda a questão da emergência da ordem política como resultado de escolhas racionais dos indivíduos que a constituem (os agentes teriam liberdade para construir a ordem que querem, moldando-a ao que se deduziu ser a forma ótima de organização), Hayek assume um paradigma totalmente distinto. Para ele, a ordem ideal não pode sequer ser conhecida: as instituições, ao contrário do que preconiza o racionalismo político ou as teses contratualistas, não são produto do desenho deliberado dos homens.

Para ele, nenhum agente pode, por razões epistemológicas e ontológicas, conhecer todas as premissas que seriam necessárias para deduzir a boa ordem. A completa racionalidade, no sentido cartesiano, demandaria o conhecimento, pelo agente, de todos os fatos relevantes, de forma a controlar e produzir o resultado esperado. Segundo Hayek, isto

é falso. Portanto, ele desloca a discussão sobre a ordem do campo dos direitos para o campo da epistemologia. O homem, tal qual ele se apresenta no mundo real, tem limitações cognitivas de tal monta que o conhecimento, no sentido cartesiano, é uma quimera.

O homem, para Hayek, está condenado a dispor de conhecimento fragmentado, parcial e imperfeito – em resumo, o que os homens conhecem efetivamente são apenas as circunstâncias particulares que os cercam e os afetam diretamente, as circunstâncias de tempo e espaço. Este conhecimento (crucial para a rápida adaptação do indivíduo às mudanças que ocorrem com frequência na sociedade) é descentralizado e disperso entre os indivíduos, mas fornece informações sobre a importância relativa das coisas. A lógica do mecanismo de preço, que concentra toda a informação relevante para a tomada de decisões, é o instrumento pelo qual estes sujeitos com conhecimentos limitados e escassos se comunicam e agem adequadamente de forma a atingir seus interesses.

Hayek afirma que os indivíduos, mesmo com essa parca informação, são capazes de fazer coisas desejáveis sem que saibam exatamente o propósito do que estão fazendo. Práticas, instituições e regras bem sucedidas orientam o comportamento de gente que carece de conhecimento individual completo – e o sistema de preços é um desses mecanismos que o homem aprendeu a usar para sustentar a civilização. A interação de homens com conhecimentos parciais gerou a ordem, mesmo que essa não fosse a intenção dos agentes.

Hayek critica a presunção do racionalismo de que um planejador ou agente central, dotado de informações globais, fosse capaz de gerar boa ordem. A mente única e demiúrgica não existe – há impedimentos epistemológicos para a sua ocorrência – e, mesmo que existisse, não seria capaz de resolver o problema da adaptação, que só pode ser solucionado por quem vivencia as circunstâncias particulares (para estes a adaptação é mais fácil, pois incorrem em menores custos de informação).

A crítica de Hayek ao constitucionalismo (que foi concebido para significar governos limitados, apesar de na prática não estar garantindo uma sociedade de homens livres) segue essa linha: certas visões científicas e políticas desconsideram o fato de que não é possível constituir uma ordem derivada do desenho, nem tampouco uma sociedade pode ser construída a partir de uma mente superior, capaz de escolher a boa ordem. Esta tradição teórica erra, segundo Hayek, por supor que a mente humana é uma entidade situada para além das circunstâncias naturais e sociais, e que os homens são capazes de deliberadamente constituir instituições para realizar seus desejos.

A perspectiva *hayekiana*, por outro lado, vê as instituições e práticas não como resultado do desenho deliberado de uma mente, mas como resultado de um contínuo processo de evolução, no qual certas práticas (criadas sem ou com outras intenções) acabaram prevalecendo sobre a demais. Se o racionalismo construtivista despreza conceitos como os de tradição e costume, a visão *hayekiana* os valoriza como instrumentos pelos quais certos hábitos, que ninguém inventou com um propósito, persistiram. Os homens obedecem a regras cuja origem é desconhecida e cujos propósitos iniciais são insondáveis. Ainda assim, como seguidor de regras que é, o homem as adota pelo simples fato de que, por gerações, elas foram capazes de orientar a ação humana, facilitando a adaptação às novas circunstâncias sociais.

Novamente, o problema da ignorância aparece em Hayek. É a ignorância dos homens sobre a totalidade dos fatos particulares que ocorrem no mundo que conformou as instituições às formas pelas quais elas se apresentam a nós – e não, como presumia o racionalismo construtivista, o conhecimento global de uma mente superior. As regras de conduta e as instituições são a adaptação dos homens diante da inexistência dessa mente onisciente para ordenar a sociedade. Como cada um, numa sociedade complexa, tem apenas uma fração do conhecimento total, a civilização faz com que os indivíduos se beneficiem do conhecimento disperso entre todos.

Nenhuma mente tem capacidade de conhecer todos os fatos particulares; ela se desenvolve na interação com as instituições que estruturam a sociedade e é resultado da adaptação às novas condições naturais e sociais em que se vive. A mente resulta de um homem que adquiriu hábitos que, evolucionariamente, aumentaram a chance de sobrevivência do grupo – instituições sobreviveram porque produziram resultados satisfatórios. A ordem surge do conhecimento precário dos indivíduos.

Portanto, a adesão dos homens a certas regras de conduta e instituições – enfim, a uma ordem – não se dá por convencimento intelectual ou por processos racionais; ela se dá porque a herança cultural recebida indica que aquelas regras asseguram a sobrevivência de quem as adotou, independentemente de serem ou não verdadeiras. Prevaleceram porque foram bem sucedidas nesta tarefa. Hayek afirma que o conhecimento, nesse universo de limitação cognitiva, é o conhecimento do que se deve ou não fazer em determinadas circunstâncias. Estas regras de conduta, assim como o sistema de preços, são um tipo de informação importante para que o indivíduo possa se mover nesse mundo de conhecimentos limitados.

Hayek propõe que a ordem manifesta-se na vida social exatamente por esse conjunto de expectativas, que é dado pelas regras, sobre o comportamento dos outros. A tarefa a que Hayek se dedica, neste ponto, é classificar a ordem em dois tipos: a ordem manufaturada (exógena, construção artificial, táxi) e a ordem espontânea (endógena, auto-gerada, cosmos); este segundo tipo resulta da adaptação de indivíduos às circunstâncias particulares que afetam a alguns deles, não sendo conhecidas na totalidade por ninguém. Desta forma, este processo é produzido pela ação humana, mas não pela intenção do homem (ninguém deliberadamente desenhou esta ordem).

A sociedade é uma ordem deste tipo, que engloba outros tantos subgrupos que constituem ordens manufaturadas ou espontâneas. O governo é uma dessas instituições englobadas pela ordem espontânea mais inclusiva, e a função governamental é assegurar o obediência de regras que em algumas circunstâncias podem não ser seguidas sem coação. Hayek ressalta, mais uma vez, que a moderna sociedade complexificou-se exatamente por ter-se desenvolvido como ordem espontânea – ou seja, quanto mais complexa a ordem, maior o papel das ações individuais isoladas, sem interferência de uma direção centralizada. Ninguém é capaz de regular todas as atividades numa sociedade complexa – daí a aversão de Hayek ao intervencionismo.

Não é vantajoso que nenhuma agência central suplemente normas presentes na ordem espontânea pelo fato de que é impossível fazer isso e aproveitar ao máximo a informação dispersa entre vários indivíduos. A interferência cria novos problemas (pois não se sabe que resultados ela impediu que surgissem, nem a que custo) e dificulta que os agentes locais ajam e adaptem-se rapidamente. Novamente, a limitação do conhecimento é a arma de Hayek para sustentar um argumento político – no caso, a ineficácia das intervenções no mercado. Hayek sustenta que, apesar de ser eventualmente possível aperfeiçoar a ordem espontânea e suas regras através do esforço de organizações (que são ordens manufaturadas para atingir certos fins), nenhuma intervenção que impeça que os agentes usem seus conhecimentos locais e limitados é positiva.

A garantia da liberdade dos agentes para se adaptarem ao imprevisível, sem interferências, deve ser mantida a qualquer custo. Esta liberdade de que todos poderão usar seus conhecimentos parciais para atingir seus objetivos, limitados apenas pelas normas de conduta justas e universais daquela dada sociedade, é a única maneira de evitar que a sociedade degenera. O contínuo intervencionismo gera conseqüências imprevisíveis e nefastas.

A defesa feita por Hayek da necessidade de uma nova invenção institucional decorre dessa concepção. Segundo ele, as sociedades contemporâneas perderam a crença numa justiça independente de interesses pessoais; a legislação e a coerção passaram a ser usadas para beneficiar alguns grupos ou indivíduos específicos; e os Parlamentos acumularam funções de definição de regras de justa conduta com o governo direto. Tudo isso, para Hayek, encaminhou estas sociedades em direção ao totalitarismo, aumentando enormemente a intervenção da coletividade no mercado e nas liberdades individuais.

O motivo para rejeitar esta cadeia de fenômenos, e acusá-la de prejudicial aos indivíduos, não reside, como em outros autores, numa questão moral. A liberdade individual deve ser defendida porque garante que os agentes, limitados cognitivamente, poderão usar seus conhecimentos específicos particulares para melhor adaptarem-se às novas circunstâncias que os cercam. A ignorância é fundamental para a ordem.

Ordem e ação e Von Mises - a crítica à pretensão de reconstruir o mundo

Assim como Hayek, Von Mises sustenta que o homem tem sérias limitações cognitivas, e que a ordem existente não decorreu do desígnio e da construção deliberada dos agentes. As instituições, tal como aparecem, não são fruto do desenho e cálculo prévio dos indivíduos, mas sim da agregação das reações a estímulos, já que o mais importante pré-requisito para a ação é o estado de insatisfação e a perspectiva de alterar esse estado agindo. Desta forma, Von Mises descarta a possibilidade de que um planejador, legislador ou ator plenamente informado sejam os responsáveis pela emergência da ordem que existe, pelo simples fato de que não há atores plenamente informados. Os homens experimentam o mundo dispondo de conhecimentos precários.

A ação racional - comportamento consciente do homem com a finalidade de remover uma insatisfação - é resposta a um estímulo ambiental externo, e não a expressão de um planejamento racional prévio e imutável. A ordem justa não existe idealmente nem pode ser construída (como querem os racionalistas criticados por Hayek) a partir de uma mente privilegiada. Von Mises afirma que a ciência da ação humana sabe que não é capaz de conhecer os planos de Deus ou da natureza. Enfim, a ordem é resultado da agregação de ações (comportamentos conscientes, e não reações meramente vegetativas) que objetivam a remoção de insatisfações; este resultado não é previsível nem necessário - a mesma ação pode ter resultados distintos.

A principal característica da ação racional é exatamente o fato de ser dotada de um fim, determinado pelo desejo do indivíduo de superar insatisfações; a emergência da ordem deriva desta disposição, uma vez que a superação pode ser mais facilmente conseguida pela cooperação, com a divisão social do trabalho, do que através do isolamento. O problema da causalidade, no entanto, permanece: ninguém pode assegurar, com base em experiências passadas, que a ordem vai se constituir exatamente de uma determinada maneira, e não de outra.

A crítica de Von Mises à indução histórica deriva daí: a experiência histórica (que trata apenas de eventos singulares) é resultado da ação combinada de numerosas causas individuais indiscerníveis. Estas experiências singulares – que são incapazes de revelar conexões de causa e efeito e, conseqüentemente, gerar conhecimento universal válido – não permitem que se antecipe o que acontecerá ou o que deva idealmente acontecer. A ordem que existe é sua própria validação, não há critérios externos para julgá-la. Apesar de, do ponto de vista do agente individual, as ações serem as respostas racionais para uma dada situação, as cadeias causais complexas que geraram a ordem não necessariamente gerariam, em outras circunstâncias, o mesmo resultado.

A história é uma lanterna que só ilumina o passado; ela não permite antecipar o futuro. As respostas dos indivíduos aos estímulos externos, tentando remover insatisfações, combinam-se de diferentes formas em diferentes circunstâncias históricas singulares, fazendo com que a mera observação dos fenômenos não produza regularidade e leis, como ocorre com as ciências naturais. É por isso que Von Mises sugere que o verdadeiro objeto da ciência social não seja a singularidade histórica, mas sim a ação humana intencional. É a partir de postulados *a priori* e não empíricos sobre a ação que ele espera alcançar conhecimento universalmente válido, impossível de se obter com a história.

A vertentes historicistas, critica Von Mises, erram por não começar suas proposições a partir dos indivíduos, suas ações e os resultados delas decorrentes; pretensiosamente, esta tradição intencionou conhecer a totalidade do curso da história, imaginando poder compreender sua origem e seu fim. A proposta da ciência da ação de Mises é epistemologicamente mais modesta: tentar compreender não a ação que se manifesta concreta e cotidianamente (em eventos singulares), mas compreender as categorias fundamentais da ação; estas derivam de proposições lógicas e matemáticas *a priori*, não da experiência concreta. A teoria insiste de tal modo neste ponto que é possível tratar de padrões de ação em situações imaginadas (e não realmente encontradas no mundo).

Von Mises afirma que esta não é, na verdade, a proposta de um novo método; trata-se apenas, da formulação correta de como a economia, por exemplo, já opera – uma vez que a boa economia não deriva da observação de fatos, mas sim da dedução de categorias fundamentais de ação definidas aprioristicamente. Conceitos como os de valor, riqueza, troca, preço, custo, escala de importância, escassez, abundância, vantagem, desvantagem, sucesso e perda são desdobramentos da categoria fundamental de ação.

A dificuldade de operar, no estudo da sociedade, do mesmo modo que operam as ciências naturais se deve, em grande parte, à impossibilidade de reproduzir, na sociedade, os requisitos necessários à experiência: nas ciências sociais não se pode controlar as condições da experimentação, nem associar as relações observadas a magnitudes numéricas. Qualquer inferência no sentido de que os homens se comportarão no futuro da mesma forma que se comportaram no passado não pode ser sustentada universalmente.

As ciências históricas ocupam-se de eventos únicos, não repetíveis, não controláveis por experimentos, portanto, não passíveis de produzir conhecimento que se transforme em leis gerais. Para Von Mises, é a ciência da ação que pode superar estes inconvenientes, porque opera através teoremas *a priori* que não podem ser corroborados nem rejeitados pela experiência; a própria concepção de que as ações têm um fim são mais dedutivas que empíricas, assim como todos os demais conceitos fundamentais da teoria.

A ação (que explica o fenômeno da ordem) não é compreensível por meio da indução histórica ou de teorias teleológicas em geral. Leitura subtextual possível da proposição de Mises: correntes teóricas à esquerda – o marxismo, sobretudo – são imodestas demais (e equivocadas) ao crer que podem compreender o real sentido da história e reconstruir o mundo a partir de proposições como as constantes no método materialista-histórico-dialético. Na perspectiva de Von Mises, ninguém tem a chave de acesso ao futuro da história, ninguém é capaz de criar uma ordem superior àquela já disponível, forjada pelas ações de milhões de indivíduos ao longo de milhares de anos de civilização.

Discurso e ideologia

Uma análise dos argumentos centrais de Hayek e Von Mises sugere, conseqüentemente, que ambos rejeitam a intervenção estatal e defendem ardorosamente a lógica do mercado descentralizado com proposições de natureza ontológica. Mas esta complexificação e sofisticação dos argumentos liberais clássicos, certamente central para a

conformação de uma identidade neoliberal, pode ser encontrada em textos de consumo para a massa – por exemplo, no discurso jornalístico?

Supomos que sim. E mais do que a mera reprodução desses argumentos em textos jornalísticos sobre economia, tais valores ideológicos podem ser observados nas mais variadas coberturas dos mais diferenciados temas, dado que sempre que alguém se comunica é possível identificar visões ideológicas ali reverberando.

José Luiz Fiorin (2004) sustenta a tese de que a linguagem, enquanto mediadora das relações dos homens entre si e destes com a natureza, consiste em um importante veículo de ideologias, pois, por intermédio dela, os indivíduos se inserem em uma determinada formação social e aprendem a lidar com seu entorno; ela “(...) ‘cria’ uma visão de mundo na medida em que impõe ao indivíduo uma certa maneira de ver a realidade (...)” (FIORIN, 2004, p.54).

Se a apreensão do real é mediada por filtros de natureza ideológica, com a elaboração de discursos não poderia ser diferente. Enquanto expressão dos pensamentos e conhecimentos adquiridos ao longo da vida em sociedade, todo e qualquer discurso – inclusive o jornalístico – é ideologicamente marcado: “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva (...). É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage lingüisticamente aos acontecimentos” (FIORIN, 2004, p.32).

As determinantes ideológicas incidentes sobre um discurso encontram-se arraigadas tanto a estruturas sintáticas quanto às redes de temas e figuras traçadas no interior do texto com o propósito de construir a trama significativa.

Há no discurso o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor (...) O campo das determinações inconscientes é a semântica discursiva, pois o conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ser do mundo numa dada formação social (...) (FIORIN, 2004, p. 18-19)

Realizar uma análise que procure aferir a ideologia subjacente a um discurso implica, portanto, desvelar as motivações de natureza sócio-histórica que regem as escolhas sintáticas e semânticas empreendidas no processo de construção discursiva. Deste modo, o discurso jornalístico é uma matéria-prima especialmente fértil para a detecção de valores ideológicos. Daí ser possível supor que os sofisticados argumentos de Hayek e Von

Mises podem ser encontrados também em material jornalístico destinado ao grande público.

Para verificar tal hipótese, escolheu-se, no presente trabalho, buscar material jornalístico de um veículo politicamente liberal sobre um governo latino-americano que represente uma visão anti-liberal. Na América Latina, nenhum governo vem expressando explicitamente uma linha de conduta mais anti-liberal do que o governo de Hugo Chávez, na Venezuela. Isto permite deduzir que os discursos do principal jornal venezuelano – *El Universal* – sobre o governo Chávez constituem um material adequado ao objetivo da pesquisa: verificar se os argumentos de Hayek e Von Mises, simplificados e tornados acessíveis para largos públicos, podem ser percebidos em matérias jornalísticas publicadas em veículos de massa.

Os embates da mídia venezuelana com o governo Hugo Chávez e a ideologia liberal no discurso do *El Universal*

Ao ascender à presidência venezuelana em 1998, Hugo Chávez reafirmou sua proposta eleitoral de promover mudanças econômicas com o intuito de minimizar a pobreza que assolava o país, recuperar um papel determinante do Estado na condução da política econômica e combater a herança neoliberal. A adoção dessa postura conduziu à formação de um grupo opositor que passou a se manifestar duramente contra medidas governamentais consideradas decisivas. O governo, portador de uma ideologia à esquerda, viu-se, a partir de então, antagonizado pelos detentores do capital privado - inclusive pelas grandes empresas de comunicação -, claramente vinculados a uma visão ideológica liberal.

Um importante acontecimento que demonstra o apoio concedido pela mídia à causa das elites venezuelanas é a articulação, em dezembro de 2001, do primeiro *paro* (paralisação) nacional, em protesto contra a promulgação das 49 Leis Habilitantes, que validavam uma série de medidas previstas na Constituição, combatidas pelos segmentos mais abastados da sociedade venezuelana.

Nesta época, o presidente da Associação Nacional de Anunciantes da Venezuela (Anda) prontamente se posicionou sobre o assunto: “Fedor Saldivia, falando em nome dos meios de comunicação, assinala que a solidariedade com os demais setores motiva o apoio à proposta de paralisação” (MARINGONI, 2004, p.78). Como resultado, acusações contra o governo, do tipo *a Venezuela caminha para um autoritarismo neocomunista*, tornaram-se

discurso corrente nos veículos oposicionistas. Meios de comunicação de diferentes naturezas repetiam, em uníssono: *Todos ao paro! Todos ao paro! Todos ao paro!* (idem)

Outro ato anti-Chávez que só se tornou viável graças ao envolvimento dos meios de comunicação foi o golpe de abril de 2002, como atesta um diálogo estabelecido entre apresentadores de um programa televisivo veiculado na manhã seguinte à deposição do presidente. Enquanto reprisavam imagens do dia anterior, os jornalistas conversavam:

- Que aconteceu antes disso?
- O pronunciamento do general pelos meios de comunicação ... E podemos contar que foi feito na tua casa
- Vocês estavam na minha casa com umas fotos ... (risadas) ... que eu mostrei aqui no programa.
- Sim, tínhamos um vídeo na casa do Napoleon.
- Quando decidimos apresentar o general Gonzalez Gonzalez era porque Chávez ia para Costa Rica e nós precisávamos mantê-lo na Venezuela. Por isso o discurso do general fez Chávez ficar e assim nós ativamos o plano definitivo.
- Qual era o plano?
- Tendo definitivamente o apoio massivo da sociedade civil, ao chegar ao máximo nível de apoio, usar as Forças Armadas. (BARTLEY & O'BRIAN, 2003)

Apesar de ter atingido o ápice com este episódio, os embates da mídia com o governo venezuelano não cessaram após o retorno de Chávez à presidência. Em ocasiões posteriores também foi possível perceber esse tipo de enfrentamento, ancorado na motivação de cunho ideológico que sustentou o grupo oposicionista do qual os meios de comunicação majoritariamente faziam parte. É o que demonstra a cobertura das eleições presidenciais de 2006 realizadas pelo *El Universal*, um dos maiores jornais impressos venezuelanos.

Na cobertura realizada pelo *El Universal* no último mês da campanha eleitoral de 2006 para a presidência venezuelana é possível perceber, em materiais informativos pertencentes a diferentes gêneros jornalísticos, construções discursivas que remetem ao universo simbólico da identidade liberal contemporânea. Ao tratar de propostas e ações do então presidente-candidato Hugo Chávez que implicavam a interferência do Estado na definição dos rumos assumidos pela sociedade, notícias, entrevistas e artigos opinativos veiculados pelo jornal no período recuperam as bases argumentativas próprias do ideário sustentado por Hayek e Von Mises, acima apresentadas.

É o que atesta a cobertura sobre a questão agrária. A leitura conjunta de duas matérias sobre o assunto publicadas no mesmo dia e na mesma editoria conduz,

subtextualmente, à desmistificação do Estado como uma mente demiúrgica capaz de conformar a ordem social ao desenho dela traçado em programas públicos. Tal resultado é obtido pelo confronto de propostas da campanha chavista com ações concretas do governo que, visando ao mesmo fim das promessas eleitorais, geraram ocorrências inesperadas, segundo o jornal.

Inserire-se neste caso a política de financiamento rural. Apresentada em uma das matérias, pelo membro do governo chavista Braulio Álvarez, como uma ação destinada a ampliar a produção agrícola e, por conseguinte, conduzir à soberania alimentar - “Isto [a soberania alimentar] ocorrerá mediante a continuação de políticas como o financiamento” (LAS TIERRAS ..., 2006) -, a medida é retomada na outra matéria sob o viés do efeito não intencionado.

O jornal procura demonstrar como situações não previstas pelo Estado (lenta comercialização, irrentabilidade etc), ao colocar em prática seu programa de financiamento, acabaram por gerar a distorção da expectativa inicial (o auxílio aos produtores) – “A lenta comercialização e a irrentabilidade afetam a capacidade de pagamento do *campesino*, que em grande medida se beneficiou dos créditos do Estado e da bancada privada, e deve honrar compromissos em estado de iliquidez, tornando-se expostos a intermediários especuladores” (grifo nosso) (TOVAR, 2006).

A intervenção de um agente estatal sujeito a tais limitações cognitivas é retratada pelo jornal, assim como por Hayek e Von Mises, como uma inesgotável fonte de problemas: “as regulações impostas às cadeias produtivas (...) e a disparidade de certas políticas governamentais de planificação agrícola geram *não poucos problemas* para os produtores do campo” (grifo nosso) (TOVAR, 2006).

Esse tipo de situação é atribuído pelo *El Universal* à supressão da liberdade dos atores econômicos para, diante de contingências que afetam diretamente sua área de atuação, adotar medidas individuais capazes de restaurar a ordem, fato que os torna submissos às decisões estatais e às suas conseqüências: “o resultado direto para os produtores [dos preços fixados pelo Ministério de Agricultura e Terras para os diferentes produtos agrícolas] é uma redução na rentabilidade, produzida pelo inexorável aumento dos custos sem o incremento de ingressos comerciais”. (TOVAR, 2006).

Circunstâncias como essas atestariam, de acordo com o jornal, a ineficiência do Estado para controlar um cenário tão complexo como a economia, realizando *com rapidez* as adaptações necessárias ao reordenamento da sociedade: “a planificação e a execução *tardia* de medidas referentes a preços ou comercialização tem prejudicado os camponeses,

diante das incertezas das possíveis condições de mercado.” (grifo nosso) (TOVAR, 2006). Tal perspectiva revela-se muito próxima do pensamento hayekiano que, como explicitado anteriormente, prega a necessidade da liberdade para os indivíduos agirem de acordo com seus conhecimentos limitados e, assim, produzirem com *agilidade* as adaptações econômicas necessárias.

A tese de que a liberdade de atuação individual, e não a presença de um agente interventor, é capaz de gerar o ordenamento social – subjacente a essas construções discursivas – é reiterada na fala de uma fonte escolhida pelo jornal para fazer uma avaliação sobre a questão da pobreza. Em entrevista concedida ao *El Universal* em 23 de novembro de 2006, Michel Rowan afirma que Chávez não conseguiu eliminar a pobreza porque “acreditou que o Estado, não uma *sociedade livre*” (grifo nosso) (ROWAN, 2006) poderia fazê-lo.

Prova do poder de organização social espontânea que emana do livre exercício econômico seria, segundo Rowan, o Alaska que, ao aplicar “clássicas ferramentas econômicas de criação de riqueza”, reduziu a pobreza em 75%: “em pouco mais de uma geração, a maioria dos indígenas pobres do Alaska entraram na classe média, enquanto o PIB do estado cresceu de 3 milhões para 40 milhões” (ROWAN, 2006).

Vale observar que como esta é a única opinião sobre o assunto publicada no período de análise – não foi dada voz, seja em notícias ou entrevistas, a fontes que defendessem idéias contrárias a essa no último mês da campanha eleitoral venezuelana -, é possível afirmar que o veículo posicionou-se subtextualmente sobre a questão, construindo um discurso jornalístico ideologicamente marcado.

A conseqüência institucional vislumbrada por Hayek como resultado de um Estado forte – um totalitarismo destinado a beneficiar grupos específicos em detrimento da sociedade como um todo – também ecoa no conteúdo do jornal. Em um artigo opinativo – assim como as fontes informativas, escolhido dentre muitos outros segundo critérios definidos pelo jornal e, portanto, não totalmente isentos de intencionalidade – o cidadão Carlos Machado Allison constrói sua argumentação em torno da assertiva de que “o Governo segue gastando o *dinheiro dos venezuelanos* em projetos agrícolas que só beneficiam a *uns poucos* e deixam de lado os problemas de fundo e o *interesse comum*”. (grifo nosso) (ALLISON, 2006)

Considerações finais

Não se pretende aqui supor que os jornalistas de *El Universal* (ou de qualquer outro veículo de comunicação do mundo) leram Hayek e Von Mises – o que é pouco provável. Tampouco se pretende sugerir que eles aplicaram os argumentos dos economistas aos casos específicos sabendo quais eram as fontes dessas argumentações. Mas isto pouco importa: pretende-se, isto sim, identificar que a linha argumentativa destes autores liberais conseguiu ingressar na visão do senso comum, reforçando uma perspectiva de desconfiança do Estado e de louvação ao mercado. E, nesse processo de popularização da argumentação liberal característica da contemporaneidade, os meios de comunicação de massa exerceram um papel determinante.

A análise da cobertura de *El Universal* na campanha presidencial de 2006 indica que a argumentação liberal baseada em categorias como *desconhecimento dos efeitos* (o que leva ao fenômeno da descrença na intervenção centralizada e à defesa da liberdade de ação para os agentes econômicos, tal como sugeriram Hayek e Von Mises) está plenamente enraizada na visão de mundo apresentada por aqueles discursos jornalísticos. É bastante razoável supor que tais mesmas argumentações poderiam ser encontradas em veículos de todo o mundo, caso outras publicações fossem analisadas – o que configura uma agenda de pesquisa possível para momentos futuros.

O fato é que a reiterada detecção dessas construções discursivas em meios de comunicação de massa indica uma forte probabilidade de que a base argumentativa da identidade liberal, hoje, encontre-se presente sobretudo nos artefatos simbólico-discursivos que enfatizam conceitos como *incerteza, ignorância e desconfiança* (uma postura que leva à inação e à manutenção da ordem tal qual ela se apresenta, desqualificando qualquer possibilidade de intervenção ou mudança efetiva no espaço público).

Os argumentos de Hayek e Mises, refletidos nos textos jornalísticos aqui analisados, deixam claro o escopo discursivo por eles sustentado: se todos sabemos tão pouco e tão parcialmente sobre tudo (exceto sobre aquelas circunstâncias que estão muito próximas de nós, temas nos quais decidimos com relativa eficiência), qualquer proposta política que suponha um maior grau de interferência externa na liberdade decisória de indivíduos, empresas ou instituições é danosa. Em outras palavras, um Estado grande, um Estado interventor, um Estado que interfira demais na vida social ou econômica é um Estado ruim.

Qualquer semelhança dessa lógica com a proposição do Estado Mínimo típica do neoliberalismo contemporâneo não é gratuita – este neoliberalismo descende diretamente do discurso produzido por autores como Hayek e Mises. Todas as vezes que publicações

da imprensa defendem uma supostamente “natural” incompetência do Estado, toda vez que o cidadão comum supõe que o que realmente importa é sua vida privada (e associa tudo o que é estatal à ineficiência), toda vez que economistas ou políticos louvam o mercado como panacéia para todos os males – e ressalte-se, fala-se aqui de valores ideológicos, não de fatos - aí se vê, claramente, um processo de adesão identitária aos valores liberais.

E como as identidades são discursos, artefatos simbólico-comunicativos dos quais os indivíduos se sentem próximos e aos quais se associam por sensação de pertencimento, fica claro que não é possível discutir a identidade liberal, hoje, sem apresentar alguns dos argumentos em que se embasa essa valoração – e Hayek e Mises são dois dos nomes fundamentais para a construção desse discurso, para a construção desse mundo, para a construção dessa identidade na contemporaneidade.

Para todos aqueles que consideram que esta visão ideológica à direita aprofunda a desigualdade social, naturaliza a miséria, reifica o *status quo* e ceifa a capacidade criativa da sociedade em reinvertar-se em outras bases mais justas (o que configuraria uma posição ideológica à esquerda, da qual partilham os autores do presente artigo) resta uma tarefa: no lugar de demonizar a alteridade (resposta típica de um esquerdismo infantil), é preciso tentar compreender os valores, perceber as intenções, desnudar os pressupostos do outro e apresentar contradiscursos – o que implica lutar por mais espaços de comunicação de massa para reverberar essas outras leituras possíveis da realidade. Em suma, comunicação e disputa político-ideológica são questões indissociáveis.

Referências

A REVOLUÇÃO não será televisionada. Direção: Kim Bartley e Donnacha O’Briain. Produção: David Power. Produtora: Power Picture associada à Agência de Cinema da Irlanda. Irlanda: 2003. 74 min., son., color.

ALLISON, Carlos Machado. Propriedad, ineficiencia y agricultura. *El Universal*, Caracas, 7 nov. 2006, Opinión.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1995), *Dicionário de Política*. 2 vols., 7 ed. Brasília, Editora UNB.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha; VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo vocabulário político*. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Fontes do pensamento político*. Rio de Janeiro: L & PM, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1984.

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. (Série Princípios).

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1974.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HAYEK, Friedrich August von. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Edited by Stephen Kresge and Leif Wenar. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

HAYEK, Friedrich August von. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HAYEK, Friedrich August von. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: UNB, 1983.

LAS TIERRAS agrícolas como patrimonio colectivo. *El Universal*, Caracas, 23 nov. 2006, Economía.

MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa; poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 223p.

MISES, Ludwig von. *Ação humana - Um tratado de Economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

ROWAN, Michael. 'Rosales, no Chávez, podría vencer la pobreza en Venezuela'. Caracas: 2006. Entrevista concedida ao jornal El Universal e publicada em 23 de novembro de 2006.

SARTORI, Giovanni. *Engenharia Constitucional – Como Mudam as Constituições*. Brasília: Editora UNB, 1996.

TOVAR, Ernesto. Disputas y distorsiones definen al agro. *El Universal*, Caracas, 23 nov. 2006, Economía.

WEFFORT, Francisco. *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Editora Ática, 2002.